

Investigações podem continuar sobre todos os envolvidos

26 JAN 1994

por Eduardo Holanda
de Brasília

O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, vai formar uma comissão com seis procuradores para trabalhar na análise do relatório final e de todos os documentos levantados pela CPI do Orçamento.

Aristides Junqueira recebeu ontem do presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), e do vice-presidente, deputado Odacir Klein (PMDB-RS), o relatório final da CPI. Ele adiantou que, se houver necessidade de mais investigações sobre os doze parlamentares, não incluídos na lista de cassações dois ex-secretários nacionais e dois empresários, a Procuradoria tomará as providências necessárias.

Além disso, a Procuradoria poderá investigar parlamentares que estão com pedido de cassação e não foram incluídos na lista enviada à Procuradoria. Aristides Junqueira disse também que, após as investigações, "se couberem ações penais contra parlamentares, entraremos com processo no STF".

AÇÕES CIVIS

Outro ponto destacado pelo procurador-geral refere-se às ações civis públicas, relativas a seqüestro e declaração de indisponibilidade de bens. Aristides Junqueira garantiu que o objetivo será fazer com que os culpados, além de outras punições, como perda de mandato e de direitos

políticos, tenham que devolver aos cofres públicos o dinheiro obtido ilegalmente.

Sobre os governadores Joaquim Roriz (DF), Edisson Lobão (MA) e João Alves (SE), o procurador-geral encaminhou os casos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que o foro adequado. Ele disse ainda que o subprocurador-geral Paulo Sollberg será o responsável pela análise das denúncias e pelo trabalho em conjunto com o STJ.

CONDUÇÃO DE LYRA

Na área das investigações internas, a Câmara dos Deputados decidiu que caberá mesmo ao corregedor, Fernando Lyra (PSB-PE), conduzir as investigações sobre nove parlamentares citados no relatório da CPI como ainda dependendo de mais análises das informações.

Fernando Lyra será auxiliado por uma comissão de oito deputados e garante que em quinze dias poderá decidir o destino dos parlamentares — se terão os nomes incluídos na lista de cassação ou se serão inoventados.

Sobre os dezessete deputados já na lista de cassação, os processos deverão ser iniciados na próxima semana pela Comissão de Constituição e Justiça. O presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira, pretende antecipar a eleição dos integrantes da CCJ, prevista para o dia 15 de fevereiro, para facilitar a tramitação dos processos.